

2018



RELATÓRIO DE CONTAS

CONSOLIDADO

Conteúdo

1.	Instituto Politécnico de Coimbra – caracterização	2
1.1.	Princípios orientadores	3
1.2.	Missão	4
2.	Estrutura de custos e proveitos e análise das componentes do balanço	5

1. Instituto Politécnico de Coimbra – caracterização

O Instituto Politécnico de Coimbra foi criado em 1979, conforme Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, no contexto da implementação do ensino politécnico em Portugal. Na sequência desta publicação, em 1988 é nomeado o primeiro Presidente da Comissão Instaladora e criada a unidade orgânica dos Serviços Centrais.

Apesar da sua história recente, herdou a tradição e a experiência das escolas que passaram a integrá-lo, determinantes para que possa afirmar-se, hoje, como um dos maiores institutos politécnicos do país e das instituições de ensino superior público em Portugal.

Em 1995, através do Despacho Normativo n.º 85/95, de 28 de Dezembro são publicados os Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra. Em 2008, na sequência da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 Setembro, foram aprovados e publicados os novos estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra através do Despacho Normativo n.º 59-A /2008, de 19 de Novembro.

Actualmente, o IPC é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial. Por sua vez, as escolas que estão integradas no IPC dispõem de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa e disciplinar.

Cabe aos órgãos próprios do IPC e das suas escolas definir os seus objectivos e o seu programa de ensino e de investigação, de acordo com a sua vocação e os recursos disponíveis.

O IPC goza de autonomia financeira, nos termos da lei e dos seus estatutos, gerindo os seus recursos financeiros conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Geral e Conselho de Gestão do IPC, incluindo as verbas que lhe são atribuídas no Orçamento de Estado.

Para além dos Serviços da Presidência, o IPC é constituído por 6 unidades orgânicas de ensino: a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), a Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), a Escola Superior Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTSC), o Instituto Superior Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC). Estas unidades dispõem de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa e disciplinar. Para além das unidades de ensino, o IPC dispõe de mais duas unidades: Serviços de Presidência (SP) e o Instituto de Investigação Aplicada (IIA). O IPC integra ainda os Serviços de Acção Social, que detêm autonomia administrativa e financeira.

Os SASIPC foram criados em 1993, conforme Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril. No entanto, só em finais de 1996 é que os Serviços se autonomizaram administrativamente, uma vez que, até então, a gestão financeira e administrativa era realizada pelo IPC e a atribuição de benefícios era feita pelos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra (SASUC). São pessoa coletiva de direito público, com o nº 600.052.737, e dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Actualmente, os SASIPC constituem uma entidade de apoio ao universo do IPC no âmbito da acção social escolar, desenvolvendo a sua actividade em diversas áreas, como sejam: apoio na atribuição de bolsas de estudo, alimentação, alojamento, saúde, apoio a actividades desportivas e culturais, apoio em material escolar e de reprografia e apoio à inserção na vida activa. Para o efeito, suporta-se dos seguintes sectores: gabinetes de acção social; apoio técnico; gabinete de psicologia; secretariado e expediente; financeiro, contabilístico e patrimonial; recursos humanos; aprovisionamento; unidades alimentares e de alojamento.

A estrutura organizacional dos SASIPC inclui os seguintes órgãos: Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Conselho de Acção Social (CAS) e Administrador; estando as suas composições e as competências definidas nos artigos 11º, 15 e 16º do Decreto-Lei 129/93, de 22 de Abril. Os SASIPC regulam-se igualmente pela Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e pelo Despacho Normativo nº 59-A/2009, de 19 de Novembro – Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra.

São responsáveis pelos órgãos de gestão dos SASIPC: Presidente do IPC (Professor Doutor Jorge Conde) e o Administrador (Dr. João Lobato), em regime de comissão de serviço.

1.1. Princípios orientadores

O IPC, na concepção e prática dos mecanismos da sua administração, orienta -se por princípios de democraticidade e participação de todos os corpos escolares, tendo em vista:

- a) Favorecer a livre expressão da pluralidade de ideias e opiniões;
- b) Garantir a liberdade de criação cultural, científica, artística e tecnológica;
- c) Assegurar as condições necessárias a uma atitude permanente de inovação científica e pedagógica;
- d) Estimular a participação de todo o pessoal docente, técnico e administrativo, bem como de todos os estudantes nas actividades e na gestão do IPC e das suas unidades orgânicas;
- e) Assegurar a maior transparência em todos os processos decisórios, administrativos, pedagógicos e científicos, através de uma adequada publicitação das decisões e dos seus fundamentos.

A relação entre a presidência do IPC, a tutela e as suas unidades orgânicas de ensino, baseia-se no princípio de que as escolas dispõem de capacidade de decisão e dos instrumentos necessários à concretização dos planos de actividade e orçamento aprovados em sede de Conselho Geral;

A autonomia de gestão deve ser concomitante com o princípio de responsabilização, traduzido na existência de mecanismos de monitorização, regulação e controlo, pelo Presidente do IPC e pelo Conselho Geral, que assegurem o cumprimento das linhas estratégicas, planos de actividades e orçamentos aprovados pelo Conselho Geral do IPC.

1.2. Missão

De acordo com os seus estatutos, o Instituto Politécnico de Coimbra é uma instituição de ensino superior globalmente orientada para a prossecução dos objetivos do ensino politécnico, nomeadamente:

- a) A formação de alunos com elevado nível de exigência qualitativa, nos aspectos humanístico, cultural, científico, artístico, tecnológico e profissional;
- b) A preparação dos seus estudantes para a sua inserção e integração no mundo do trabalho e para um desempenho profissional de sucesso;
- c) A formação de profissionais com competências de resolução de problemas, de trabalho cooperativo e de liderança, desenvolvendo-lhes o compromisso com o comportamento ético e com o respeito pelos outros e pela sociedade, preparando -os para serem cidadãos exigentes, informados, produtivos, responsáveis e activamente envolvidos no desenvolvimento cultural, educacional, económico, científico, social e político da comunidade;
- d) A realização de actividades de pesquisa e investigação aplicada;
- e) A prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a transferência de conhecimentos para a comunidade e a valorização recíproca;
- f) O intercâmbio com instituições, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- g) A contribuição, no seu âmbito de actividades, para a cooperação internacional e para o encontro entre povos e comunidades;
- h) A criação de um ambiente de debate e de troca aberta de ideias, onde a criatividade, a descoberta e o desenvolvimento pessoal e social de todos os seus membros possa ocorrer.

São atribuições do IPC, no âmbito da vocação própria do subsistema politécnico:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- b) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;
- c) A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- d) A transferência e valorização económica e social do conhecimento científico e tecnológico;
- e) A realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos;
- f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- h) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus;
- i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Ao IPC compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

Embora centrado na missão principal de ensino, o IPC procura incrementar a interligação com o meio empresarial através de modalidades diversas, designadamente pela implementação de projectos de investigação e desenvolvimento aplicados, pela associação com instituições sem fins lucrativos que visem actividades de I&D e de desenvolvimento regional, nacionais ou internacionais. Tal interligação estabelece-se, ainda, através de protocolos conducentes, quer à realização de estágios curriculares e profissionais para os seus estudantes, quer ao desenvolvimento de projectos por parte destes.

2. Estrutura de custos e proveitos e análise das componentes do balanço

Em 2018 os custos consolidados do IPC e SAS totalizaram 47.594.215,69 €. Os custos operacionais foram 47.435.370,98 €; os custos financeiros atingiram os 86.006,88 € e os custos extraordinários ascenderam a 72.837,83 €.

Os custos com pessoal representam o principal custo do IPC – 78% do total de custos.

Os fornecimentos e serviços externos são a segunda categoria de custos mais importante, representando 11% do total de custos no IPC. As amortizações, com peso relativo de 5%, são a terceira categoria de custos com maior peso relativo. As restantes categorias assumem um peso residual, representando no conjunto 6% dos custos totais.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento dos custos totais do IPC de 5,1% com origem essencialmente em: fornecimentos e serviços externos, pessoal e provisões do exercício.

Os proveitos totais do exercício ascenderam a 48.093.937,18 €. Os proveitos operacionais foram 46.310.284,19 €, os proveitos financeiros 122,89 € e os proveitos extraordinários 1.783.530,10 €. Relativamente ao exercício anterior, verificou-se uma variação positiva de 8% nos proveitos totais, resultante essencialmente de aumento de: vendas, impostos e taxas (que inclui as propinas de alunos), transferências e subsídios correntes obtidos (dotação de “OE”), e proveitos extraordinários (aumento dos proveitos pela redução de provisões para dívidas de clientes com cobrança duvidosa).

De destacar a análise às vendas e prestação de serviços onde se verificou novamente um aumento significativo, em termos percentuais de +22%, com origem, essencialmente, nos SASIPC.

No que diz respeito à estrutura de proveitos, as transferências correntes, onde se incluem as transferências de orçamento de Estado, são a categoria com maior peso no total de proveitos (67,1%), seguindo-se: os impostos e taxas (24,7%), as vendas de bens e prestações de serviços (4,2%) e os proveitos extraordinários (3,7%). As restantes categorias assumem um peso residual nos proveitos operacionais (0,3%).

Os resultados operacionais consolidados, totalizam o valor negativo de 1.125.086,79 €, que correspondendo a uma variação positiva de 40% face ao ano anterior, na medida em que o crescimento dos proveitos se apresenta superior ao crescimento dos custos.

Por sua vez, os resultados líquidos consolidados do período foram positivos de 499.721,49 €, contrapondo-se ao resultado negativo de 2017, no valor de 699.461,82 €. Contribuiu para essa variação o aumento generalizada dos resultados operacionais e extraordinários.

Quanto ao balanço, não se verificaram grandes alterações na estrutura face ao ano anterior. O imobilizado e o ativo circulante apresentam peso relativo no ativo de 74% e 26%, respetivamente. No passivo e fundos próprios, o fundo patrimonial representa a maior fatia, 66% do total.

Balço Consolidado

Instituto Politécnico de Coimbra

Gerência de 01-01-2018 a 31-12-2018

Código das contas	Activo	2018			2017
		AB	AP	AL	AL
Imobilizado					
Bens de domínio					
451 - Terrenos e recursos naturais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
452 - Edifícios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453 - Outras construções e infra-estruturas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
454 - Infra-estruturas e equip. de natureza militar		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
455 - Bens do património histórico, artístico e cultural		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
459 - Outros bens de domínio público		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
445 - Imobilizações em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
446 - Adiantamento por conta de bens de domínio público		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas					
431 - Despesas de instalação		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432 - Despesas de investigação e de desenvolvimento		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433 - Propriedade industrial e outros direitos		19 221,21 €	19 221,21 €	0,00 €	0,00 €
443 - Imobilizações em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449 - Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		19 221,21 €	19 221,21 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas					
421 - Terrenos e recursos naturais		12 183 780,74 €	0,00 €	12 183 780,74 €	12 183 780,74 €
422 - Edifícios e outras construções		48 321 281,80 €	13 150 498,15 €	35 170 783,65 €	35 740 166,53 €
423 - Equipamento e material básico		20 404 061,89 €	17 093 916,81 €	3 310 145,08 €	3 626 955,49 €
424 - Equipamento de transporte		589 288,35 €	587 438,35 €	1 850,00 €	4 300,01 €
425 - Ferramentas e utensílios		197 973,02 €	193 394,03 €	4 578,99 €	4 958,15 €
426 - Equipamento administrativo		10 990 253,29 €	10 092 092,53 €	898 160,76 €	1 018 334,73 €
427 - Taras e vasilhame		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429 - Outras imobilizações corpóreas		3 906 996,62 €	1 750 968,01 €	2 156 028,61 €	2 247 207,26 €
442 - Imobilizações em curso		267 255,29 €	0,00 €	267 255,29 €	143 263,67 €
448 - Adiant. por conta de imobilizações corpóreas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		96 860 891,00 €	42 868 307,88 €	53 992 583,12 €	54 968 966,58 €
Investimentos financeiros					
411 - Partes de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 449,06 €
412 - Obrigações e títulos de participação		22 516,92 €	0,00 €	22 516,92 €	22 516,92 €
414 - Investimentos em imóveis		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
415 - Outras aplicações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441 - Imobilizações em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447 - Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		22 516,92 €	0,00 €	22 516,92 €	29 965,98 €
Circulante					
Existências					
36 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		12 729,19 €	0,00 €	12 729,19 €	36 666,79 €
35 - Produtos e trabalhos em curso		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
34 - Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
33 - Produtos acabados e intermédios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
32 - Mercadorias		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
37 - Adiantamentos por conta de compras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		12 729,19 €	0,00 €	12 729,19 €	36 666,79 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo					
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Balço Consolidado

Instituto Politécnico de Coimbra

Gerência de 01-01-2018 a 31-12-2018

Activo	2018			2017
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
2811 + 2821 - Empréstimos concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
211 - Clientes, c/c	206 162,02 €	0,00 €	206 162,02 €	157 969,73 €
212 - Alunos, c/c	7 083 596,48 €	0,00 €	7 083 596,48 €	7 080 711,51 €
213 - Utentes, c/c	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-33,84 €
214 - Clientes, alunos e utentes - Títulos a Receber	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
218 - Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1 434 460,56 €	1 434 460,56 €	0,00 €	0,00 €
251 - Devedores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
229 - Adiantamento a fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2619 - Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos	42 389,50 €	0,00 €	42 389,50 €	32 116,15 €
26 - Outros devedores	2 943 573,67 €	0,00 €	2 943 573,67 €	34 251,02 €
	11 710 182,23 €	1 434 460,56 €	10 275 721,67 €	7 305 014,57 €
Títulos negociáveis				
151 - Acções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
152 - Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
153 - Títulos da dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
159 - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
18 - Outras aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa				
13 - Conta no Tesouro	6 020 418,66 €	0,00 €	6 020 418,66 €	5 471 821,86 €
12 - Depósitos em inst. financeiras	2 567 475,43 €	0,00 €	2 567 475,43 €	2 574 826,26 €
11 - Caixa	31 473,73 €	0,00 €	31 473,73 €	19 602,98 €
	8 619 367,82 €	0,00 €	8 619 367,82 €	8 066 251,10 €
Acréscimos e diferimentos				
271 - Acréscimos de proveitos	12 050,58 €	0,00 €	12 050,58 €	17 424,51 €
272 - Custos diferidos	309 483,03 €	0,00 €	309 483,03 €	109 094,93 €
	321 533,61 €	0,00 €	321 533,61 €	126 519,44 €
Total do activo	117 566 441,98 €	44 321 989,65 €	73 244 452,33 €	70 533 384,46 €
Total de amortizações		42 887 529,09		
Total de provisões		1 434 460,56 €		

Balço Consolidado

Instituto Politécnico de Coimbra

Fundos próprios e passivo	2018	2017
Código das contas		
Fundos próprios		
51 - Património	51 542 341,26 €	51 542 341,26 €
55 - Ajustamento de partes capital em empresas	0,00 €	0,00 €
56 - Reservas de reavaliação	0,00 €	0,00 €
Reservas		
571 - Reservas legais	0,00 €	0,00 €
572 - Reservas estatutárias	0,00 €	0,00 €
573 - Reservas contratuais	0,00 €	0,00 €
574 - Reservas livres	129 771,60 €	129 771,60 €
575 - Subsídios	98 782,23 €	98 782,23 €
576 - Doações	-41 960,87 €	-46 190,87 €
577 - Decorrentes da Transferência de Activos	20 629,19 €	20 629,19 €
59 - Resultados transitados	-3 854 966,02 €	-3 493 694,99 €
88 - Resultado liquido do exercício	499 721,49 €	-699 461,82 €
Total do Fundo Patrimonial	48 394 318,88 €	47 552 176,60 €
Passivo		
29 - Provisões para riscos e encargos	28 497,10 €	32 692,42 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
23 111 + 23 211 - Empréstimos por dívida titulada	0,00 €	0,00 €
23 112 + 23 212 + 12 - Empréstimos por dívida não titulada	0,00 €	0,00 €
269 - Adiantamentos por conta de vendas	0,00 €	0,00 €
221 - Fornecedores, c/c	43 027,32 €	88 060,51 €
228 - Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00 €	0,00 €
2612 - Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
252 - Credores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00 €
219 - Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	0,00 €	0,00 €
2611 - Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos	374 479,12 €	482 205,33 €
26 ... - Outros credores	80 219,96 €	83 208,35 €
	497 726,40 €	653 474,19 €
Acréscimos e diferimentos		
273 - Acréscimos de custos	5 045 641,41 €	5 226 674,99 €
274 - Proveitos diferidos	19 278 268,54 €	17 068 366,26 €
	24 323 909,95 €	22 295 041,25 €
Total do Passivo	24 850 133,45 €	22 981 207,86 €
Total dos fundos próprios e do passivo	73 244 452,33 €	70 533 384,46 €